

PROJETO DE LEI Nº DE 2007.
(Do Senhor Neilton Mulim)

Dá nova redação a lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei altera a lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.

Art. 2º O art. 11 da lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997 passa a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

"Art. 11.

§ 1º O congressista de origem militar ficará isento de contribuição para o plano de seguridade social dos congressistas, devendo contribuir para o seu regime, contando-se o tempo para a correção do seu provento, caso tenha inativado proporcional ao tempo de serviço ou contribuição.

§ 2º Se o congressista de origem militar desejar, poderá optar em contribuir para o plano de seguridade social dos congressistas e atingido as condições previstas nesta lei, contando-se o seu tempo de inatividade militar, poderá aposentar nos termos desta lei, renunciando os proventos de inatividade militar."

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem por finalidade corrigir uma injustiça que é praticada com os militares, tanto federais quanto estaduais, pois além de serem penalizados ao assumir o mandato letivo de digno representantes do povo, uma vez que são transferidos para a inatividade e não podem mais voltar para a sua carreira, diferentemente do que ocorre com os servidores públicos; também são obrigados a contribuir duplamente para a seguridade, pois continuam pagando a previdência militar e a dos Congressistas.

Passaram por essa situação do Deputado Jair Bolsonaro, o Deputado Alberto Fraga, o Deputado Cabo Júlio, que não tinham proventos integrais e não têm tido mais oportunidade de atingir essa integralidade como os demais parlamentares oriundos do serviço público. Pois a Constituição prevê que eles continuam contribuindo e ao término do mandato voltam para a sua carreira, o que não ocorre com o militar.

Assim, este projeto visa corrigir essa injustiça dando um tratamento similar ao servidor público.

Tenho a certeza que os nobres pares apoiarão este projeto e durante a tramitação, nesta Casa de leis, será aperfeiçoado e aprovado ao final.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado Neilton Mulim
PR-RJ